

Boletim sobre o processo político em Moçambique



Número 40 – 1 de Julho de 2009

Editor: Joseph Hanlon (j.hanlon@open.ac.uk)

Editor Adjunto: Adriano Nuvunga

O material pode ser reproduzido livremente, mencionando a fonte

Publicado por CIP e AWEPA

CIP, Centro de Integridade Pública
Av. Amílcar Cabral 903, 1º (CP 3266) Maputo
Tel: +258 21 327 661, 82 301 639
Fax: +258 21 327 661 e-mail: cipmoz@tvcabo.co.mz

AWEPA, Parlamentares Europeus para a África
Rua Licenciado Coutinho 77 (CP 2648) Maputo
Tel: +258 21 418 603, 21 418 608, 21 418 626
Fax: +258 21 418 604 e-mail: awepa@aweapa.org.mz

Melhor formação para reduzir longas filas

Mais formação e melhores sistemas acabarão com a praga que foram as longas filas de espera nas eleições locais de Novembro que obrigaram a manter abertas algumas postos até quase à meia noite. As eleições nacionais de 28 de Outubro serão ainda mais complexas porque há três boletins de voto em vez de dois.

Em Novembro algumas assembleias de voto atenderam os eleitores muito devagar causando longas filas, ao mesmo tempo que outras ao lado eram mais eficientes e não tinham filas de espera. As alterações à lei eleitoral, aprovadas na Assembleia da República em Abril, passaram a permitir que os cadernos eleitorais fossem divididos

por mais de uma mesa dentro de uma assembleia de voto mas as autoridades eleitorais decidiram que não será necessário. Assim, cada assembleia de voto continuará a ter um caderno contendo até 1000 votantes em apenas uma mesa.

Estão a ser feitas várias mudanças importantes para acelerar os procedimentos. Especificamente, a maioria dos votantes já votaram várias vezes e não precisam de uma explicação detalhada de como votar, pelo que foi dito ao pessoal da assembleia de voto para só dar instruções aos novos votantes e a outros que tenham dúvidas. Há também cartazes a explicar o processo de voto.

Uma das origens das demoras tem sido encontrar os nomes dos eleitores nos cadernos e por isso as listas alfabéticas terão etiquetas separadoras. Finalmente, a nova lei aumenta o número de pessoal que será usado também para ir às filas de espera recolher cartões antes dos eleitores entrarem na assembleia de voto, para acelerar a confirmação dos nomes no caderno.

O treinamento será aperfeiçoado, com um manual mais prático e funcional e será dado em mais tempo com mais prática e menos teoria.

A Comissão Nacional de Eleições, CNE, e o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral, STAE, também deram resposta a três outros

Boletins diários das eleições

Durante o período eleitoral de Outubro-Novembro publicaremos um boletim diário em inglês e português.

To subscribe in English:

<http://tinyurl.com/mz-en-sub>

Para assinar em Português:

<http://tinyurl.com/mz-pt-sub>

Há um *Boletim* especial em website:

In English:

http://www.cip.org.mz/pub2008/index_en.asp

Em Português:

<http://www.cip.org.mz/pub2008/>

Estão disponíveis edições antigas do *Boletim* em inglês e português:

<http://www.tinyurl.com/mozamb>

problemas que ocorreram nas eleições locais de Novembro. Vai tentar-se responder a queixas de que algumas assembleias de voto estavam muito afastadas dos eleitores e algumas mudarão de local; ainda não foram disponibilizados detalhes de como isto será feito.

A autoridades locais responderam a críticas severas feitas pelo Conselho Constitucional, por este Boletim e pelos observadores, a respeito de má conduta do pessoal das assembleias de voto – em particular por invalidarem boletins contendo votos para a Renamo. O novo manual de formação do pessoal das assembleias de voto traz uma lista dos ilícitos eleitorais e tem um novo código de conduta para o pessoal do recenseamento e das assembleias de voto. O Director Geral do STAE, Felisberto Naife, numa entrevista ao Boletim, disse que estes instrumentos visam despertar a consciência da responsabilidade individual sobre os crimes eleitorais e, ao mesmo tempo, reforçar o seu enquadramento legal. Não houve porém nenhuma acusação formal por má conduta contra o pessoal eleitoral no ano passado, apesar de ter havido testemunhas que nomearam alguns indivíduos vistos a danificar boletins de voto.

Finalmente, em resposta à questão muito discutida do modo como se deveriam orientar os cabines de voto (com a abertura virada para o pessoal da mesa de voto ou para uma parede), o STAE decidiu não estabelecer uma regra fixa: o princípio é de que a sua posição deve assegurar privacidade e conforto aos eleitores ao mesmo tempo que assegura visibilidade à mesa, dentro das condições locais.

COMENTÁRIO: Afinar o funcionamento das assembleias de voto depende de uma muito maior eficiência do pessoal. O STAE precisa de 120 000 pessoas com a 12ª classe para preencher as assembleias de voto e isto será difícil de conseguir durante o período de aulas, quando não seria possível os professores disporem de tempo para a formação. Seria portanto necessário um treino muito

Datas chave das eleições

O calendário para as eleições nacionais e provinciais publicado pela CNE a 14 de Maio tem estas datas chave:

(D = data final; pode ser mais cedo)

29 de Julho – Fim do recenseamento eleitoral

29 de Julho - D – submissão das listas de candidatos e todos os documentos relevantes. Listas a serem afixadas até 1 de Agosto.

28 de Agosto – D – os candidatos e partidos devem ter resolvido qualquer irregularidade ou documento em falta.

31 de Agosto – D – publicação de lista final dos candidatos.

13 de Setembro até 25 de Outubro – campanha eleitoral.

30 de Setembro – D – publicação da localização das assembleias de voto

8 de Outubro – D – os partidos devem submeter a lista dos delegados às assembleias de voto.

25 de Outubro – D – emissão de credenciais para observadores e delegados de partido.

28 de Outubro – dia das eleições e contagem das assembleias de voto.

31 de Outubro – D – anúncio de resultados distritais

2 de Novembro – D – anúncio de resultados provinciais.

12 de Novembro – D – anúncio dos resultados nacionais e distribuição de assentos na assembleia pelos partidos.

17 de Novembro – D – A CNE submete os resultados finais ao Conselho Constitucional.

mais prático e intensivo, para pessoal das assembleias de voto com menos escolaridade formal.

Renamo quer mudanças urgentes na lei eleitoral

A Renamo colocou na mesa propostas detalhadas de emendas à lei eleitoral que tratam de problemas específicos que ocorreram nas eleições locais de 19 de Novembro de 2008, na sequência da rejeição pela Frelimo de sugestões mais vastas. O pedido de acção urgente foi submetido à Assembleia da República a 23 de Junho, pelo chefe da bancada da Renamo, Viana Magalhães. As propostas tratam de boletins invalidados, enchimento de urnas, presença da polícia e delegados de partidos.

Magalhães diz na sua carta que a Renamo submeteu as suas primeiras propostas a 12 de Janeiro e que estas até Maio nem mesmo foram consideradas, deixando muito pouco tempo antes das eleições a 28 de Outubro.

Embora as eleições locais tenha em geral corrido bem, houve problemas na Ilha de Moçambique e em outros lugares onde o pessoal das assembleias de voto usou tinta indelével para sobrepor marcas num número significativo de boletins de voto pela

Renamo, invalidando-os por indicarem que os eleitores teriam alegadamente votado incorrectamente por dois candidatos. A Renamo propõe uma emenda à lei que exige que toda a tinta e almofadas sejam removidas da assembleia de voto antes da contagem e que deve haver verificação para garantir que o pessoal da mesa não tem tinta nos dedos .

A Renamo tem estado preocupada com o enchimento das urnas e alegou que a Frelimo traz

boletins de fora das assembleias de voto. Os boletins vêm dentro de livros e a Renamo propõe que os boletins e os seus canhotos sejam numerados. Se houver nas urnas mais votos do que as pessoas que votaram, o pessoal das mesas deve conferir os números dos boletins com os canhotos e excluir os boletins que não vêm do livro dos boletins em branco fornecido pela assembleia de voto. Também quer restringir as regras de modo a garantir que o número de boletins impressos é igual ao número de eleitores registados.

Houve problemas com polícia a menos de 300 metros da assembleia e em alguns casos mesmo à porta das assembleias, com polícias a ajudar a formar as filas. Embora isto já esteja previsto como violação da lei, a Renamo propõe algumas pequenas mudanças para apertar esta regra.

Rejeitada restrição de observadores

Observadores da sociedade civil e Renamo notaram que nas eleições locais membros seniores da Frelimo estiveram presentes nas assembleias de voto como observadores da sociedade civil, como membros de associações de professores ou escritores ou outras ONGs locais. Isto não é ilegal mas causou alguma inquietação. Foi visto como intimidatório ter membros seniores do partido a “observar” as eleições. A Renamo propôs uma emenda à lei proibindo os funcionários do estado (que inclui professores e trabalhadores de saúde) de serem observadores da sociedade civil na cidade ou distrito onde trabalham.

Isto reflecte a realidade que há figures importantes da Frelimo que são empregadas pelo governo e a Renamo é de opinião que a maioria dos funcionários públicos são da Frelimo. Mas isto causou objecções porque, ao abrigo da constituição e da lei eleitoral, cada funcionário público é livre de ser membro activo de um partido.

A Frelimo opõe-se à alteração e a AR rejeitou-a a 18 de Junho. Em resposta a Renamo boicotou a intervenção sobre o estado da nação do Presidente Armando Guebuza, em 22 de Junho.

Mas a questão não acaba aqui. Talvez haja necessidade de um código de conduta que diga que os funcionários do partido não podem ser observadores.

- A Renamo tinha proposto anteriormente que fosse criada uma comissão ad-hoc para rever as leis eleitorais. Foi considerado em geral que não havia tempo suficiente para que tal comissão agisse de modo a mudar leis para a eleição de Outubro. Além disso, uma anterior comissão ad-hoc criada a pedido da Renamo falhou porque a Renamo bloqueou o seu trabalho, pelo que uma nova comissão teve pouco apoio já que muitos recearam que fosse mais uma oportunidade para querelas. A AR rejeitou a proposta a 13 de Maio.

É permitido a cada partido um delegado de candidatura e um delegado alternativo, por cada assembleia de voto. A Renamo propõe alterar isto para um par por cada “eleição”. Haverá três eleições e três boletins, o que daria três delegados e três alternativos em cada assembleia de voto.

Finalmente, a Renamo propõe duas mudanças para a contagem a nível de distrito. Sob a actual lei, a comissão eleitoral distrital soma os votos de todas as assembleias de voto do distrito, baseada nos editais e actas mais detalhadas e outros materiais relevantes – o que em princípio permite recontagens. A Renamo quer remover esta possibilidade e forçar as comissões distritais a usar apenas editais e actas. Na assembleia de voto os delegados de partido e observadores recebem cópias oficiais dos editais; estas podem ser usadas a nível distrital se houver um problema, particularmente com editais extraviados como aconteceu no passado. A Renamo quer mudar isto para forçar a comissão eleitoral distrital a usar estas cópias se o original se perder.

Até segunda-feira 29 de Junho, o Presidente do Parlamento Eduardo Mulémbwè não tinha respondido à carta de Magalhães. O texto integral das propostas da Renamo estão em: <http://www.cip.org.mz/pub2008>

COMENTÁRIO: As propostas da Renamo correspondem a problemas reais e deviam ser levadas a sério, mas algumas delas podem não resolver os problemas.

- O uso de tinta para invalidar boletins de voto tem sido um problema disseminado e a remoção da tinta antes da contagem é uma ideia sensata.
- Enchimento de urnas tem sido um problema em alguns lugares mas parece haver poucas provas de introdução de boletins a partir de fora; assim, a numeração dos boletins provavelmente não ajuda. A maioria dos casos provados envolvem simplesmente mudança de resultados (Changara em 2004) ou marcação de nomes extra como tendo votado (Ilha de Moçambique no ano passado).
- A questão da polícia é mais complexa. Em muitos lugares as assembleias de voto não podem ser vistas a 300 metros; estão bloqueadas por árvores ou prédios. Assim a polícia move-se para mais perto e em alguns casos, para demasiado perto. É precisa uma redefinição da regra dos 300 metros.
- Não é sensato propor que cada partido possa apertar seis delegados e alternativos para dentro de uma assembleia de voto; não há espaço suficiente e os partidos têm dificuldade em encontrar e treinar pessoas suficientes. Tentando aumentar os números, a Renamo está na realidade a tentar diminuir a presença nas assembleias de voto de funcionários seniores da Frelimo como observadores da “sociedade civil”. Isto podia resolver-se melhor através de um código de conduta no qual os partidos concordavam em que agentes locais dos partidos não podiam ser observadores.

Lei de abuso de poder rejeitada

Está a ser muito falado que os funcionários públicos de nível médio estão a ser pressionados para aderir à Frelimo, e há relatos de trabalhadores do governo a serem fortemente encorajados para participar em reuniões da Frelimo antes das eleições locais.

A Renamo submeteu uma proposta para prevenir discriminação com base em opiniões políticas. Previa impedir o uso de instalações e recursos do estado para fins partidários e proibia “mobilização compulsiva de empregados públicos para actividades políticas.”

A Comissão de Assuntos Legais da AR respondeu que as acções que a Renamo propunha proibir já eram ilegais. A AR rejeitou a proposta de lei a 23 de Junho.

• O Parlamento porém concordou na primeira lei em Moçambique sobre conflito de interesses. Esta é muito limitada e apenas exige que os deputados declarem qualquer interesse que ele ou membros da sua família tenham em relação a qualquer matéria em debate. Mas é-lhes permitido tomar a palavra e votar sobre essa matéria.

Ligonha é novo membro da CNE

Latino Ligonha ocupou um lugar na Comissão Nacional de eleições, CNE, preenchendo a vaga

deixada pelo falecido Amandio de Sousa, que morreu a 26 de Janeiro na África do Sul onde fazia a supervisão de materiais para a segunda volta das eleições em Nacala.

Este é um dos dois assentos preenchidos pela Renamo. Ligonha é um antigo padre católico que quase foi eleito presidente do município do Gurué pela Renamo. Conseguiu 41,17% dos votos enquanto o candidato da Frelimo, José Aniceto, obteve 50,03% e evitou uma segunda volta apenas por 6 votos.

A CNE tem 13 membros. Três são escolhidos pelo grupo parlamentar da Frelimo e dois pela Renamo e estes cinco seleccionam depois mais oito membros das organizações da sociedade civil.

Renamo-União Eleitoral já não existe

O Conselho Nacional da Renamo-União Eleitoral (RUE) decidiu, por unanimidade, dissolver a coligação com efeitos a partir de 18 de Junho do ano em curso. Na mesma altura, foi produzida uma acta que dá conta da presença de oito dos 10 partidos ex-membros da coligação, com excepção do Partido da Unidade Nacional (PUN) e Aliança Independente de Moçambique (ALIMO) que se ausentaram do encontro, alegadamente por motivos devidamente justificados.

Publicada lista provisória dos mandatos

Foi divulgada a lista provisória dos mandatos para a Assembleia da República e assembleias provinciais. O número de mandatos baseia-se no número de eleitores que não são conhecidos até ao fecho do recenseamento a 29 de Julho, mas as listas dos partidos devem ter candidatos em número igual a uma-vez-e-meia o número de assentos. Assim a lei obriga a CNE a publicar uma lista provisória baseada nos cadernos eleitorais do ano passado.

Não há mudanças de maior. As duas grandes províncias, Zambézia e Nampula, perderam mandatos enquanto o extremo norte (Cabo Delgado e Niassa) e o extremo sul (Maputo Cidade e Província) aumentaram os mandatos.

A CNE acordou o número de mandatos a 4 de Junho. A sua decisão ainda não foi publicada no *Boletim da República* nem foi colocada no website da CNE (www.stae.org.mz) porque este website está em baixo desde o princípio de Junho. O *Boletim* pediu uma cópia que está agora colocada nos nossos websites:

<http://www.cip.org.mz/pub2008/>
e http://www.cip.org.mz/pub2008/index_en.asp.

A lista completa contém o número de mandatos provinciais por cada distrito. (A Cidade de Maputo já tem uma assembleia de cidade e portanto não haverá uma assembleia provincial nem terceiro boletim de voto este ano). Segue-se um sumário, incluindo uma comparação com o número de mandatos por cada província na actual Assembleia da República nacional.

Província	Eleitores	Assembleia da República - Mandatos		Assembleias Prov. - Mand.
		2009	2004	
Niassa	508.739	14	12	70
Cabo Delgado	850.402	23	22	81
Nampula	1.730.295	46	50	90
Zambézia	1.698.161	45	48	89
Tete	727.334	19	18	80
Manica	612.309	16	14	80
Sofala	730.874	19	22	80
Inhambane	613.590	16	16	80
Gaza	584.828	16	17	70
Maputo Prov.	586.077	16	13	70
Maputo Cidade	658.003	18	16	
Total	9.300.612	248	248	790
Africa		1	1	
Europa		1	1	
Total	9.300.612	250	250	

Distritos e autarquias não realizam mais de metade dos planos

Mais de metade das actividades inscritas nos Planos Económicos e Sociais dos Distritos (PESOD) e nos Planos Anuais Municipais não são realizadas pelos governos distritais e autárquicos, concluiu o primeiro relatório de monitoria da governação local realizada pela Associação Moçambicana para o Desenvolvimento e Democracia (AMODE), o Centro de Integridade Pública (CIP), o Grupo Moçambicano da Dívida (GMD) e a Liga dos Direitos Humanos (LDH).

O exercício consistiu de monitoria e auditoria social sobre as actividades inscritas nos PESOD de 6 distritos e três municípios, com elevado potencial de trazer um grande impacto nas condições de vida da população. Tais são os casos de construção de salas de aulas, abertura e reabilitação de fontanários de água, construção de centros de saúde, abertura, pavimentação e reabilitação de vias de acesso, etc. Em média monitorou-se 10 actividades por local abrangido.

O gráfico ilustra o desempenho dos distritos e municípios abrangidos em 2008.

Muitos dos empreendimentos realizados denotam problemas de qualidade. Alguns empreendimentos reabilitados em 2007 já apresentavam defeitos. Nalguns distritos como Montepuez, a reabilitação de palácios, incluindo casas de banho, foi priorizada em detrimento de actividades com mais potencial de produzir impacto na vida das comunidades, como por exemplo, a reabilitação de casas de habitação e sedes de postos administrativos que vertem água quando chove. Noutros locais, sobretudo municípios, as autoridades locais, para encobrir o seu fraco desempenho, mostram empreendimentos realizados em anos anteriores, por exemplo em 2005, como tendo sido realizados em 2008. Isto aconteceu com frequência no município de Marromeu que foi governado pela Renamo de 2004 a 2008.

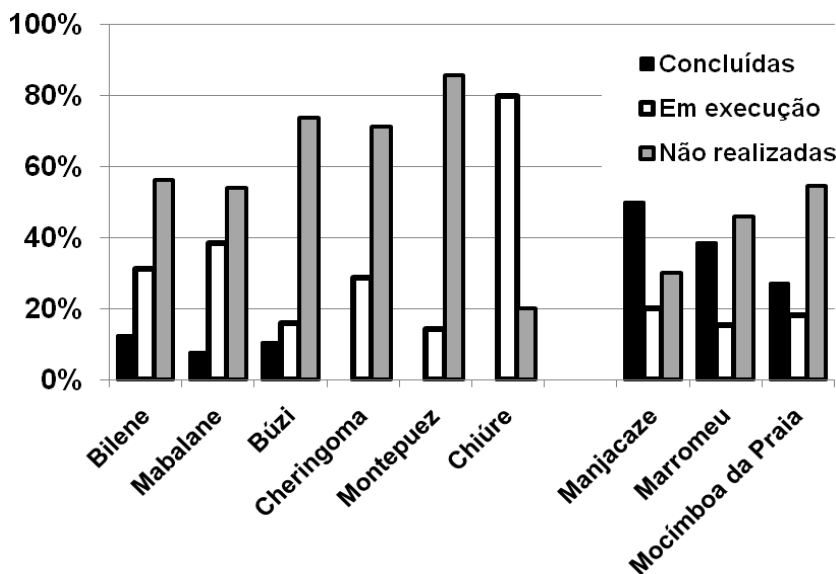
As justificações apresentadas pelos distritos se prendem com constrangimentos de ordem técnica e/ou financeira. Para aprofundar a compreensão deste baixo nível de execução, a iniciativa empreendeu uma análise do processo de planificação e orçamentação no distrito e sua

relação com os níveis provincial e central. O exercício sugeriu, por um lado, que ao nível distrital, não existe ainda uma combinação harmoniosa entre o plano e orçamento, ou seja, o PESOD tem limitações como único instrumento de planeamento e afectação de recursos dos órgãos centrais para o nível distrital e, por outro lado, que verticalmente, ainda não há uma integração entre os PESOD, PES Provincial e PES central.

Estas constatações remetem para a leitura de que, pelo figurino institucional em que se realiza a planificação e orçamentação em Moçambique, o PESOD ainda não é um instrumento confiável para o exercício de monitoria da governação pela sociedade civil, na medida em que há uma discrepância entre a lógica de planificação e a lógica de afectação de recursos, o que traz consigo um elevado nível de incerteza quanto ao financiamento das actividades inscritas no PESOD.

Isto traz reservas sobre a centralidade do PESOD como instrumento de governação no distrito, na medida em que o governo distrital se propõe implementar um plano, desenhado numa lógica de baixo para cima – em harmonia com o pressuposto de que o distrito é a base de planificação – mas o seu financiamento se opera numa lógica de cima para baixo – em clara desarmonia com o pressuposto de que os distritos são a base territorial de planificação e orçamentação. Isto alimenta a impressão de que o PESOD existe e é reconhecido pelas autoridades provinciais e nacionais mais ainda com um grande nível de incerteza sobre a realização das actividades inscritas. Na verdade, isto se estende ao próprio paradigma de que o distrito é a unidade territorial de planificação e orçamentação e, consequentemente, da ideia de que os distritos são o pólo de desenvolvimento.

A monitoria também prestou atenção nos Conselhos Consultivos (CC) e constatou que estes estão confinados aos 7 milhões do Orçamento de Investimento de Iniciativa Local (OUIL). Os CC têm pouca ligação com outros instrumentos de governação nos distritos, exemplo, PESOD. Aliás,



mesmo em termos do OIIL, estão mais voltados para a chamada aprovação de projectos, sem um envolvimento posterior no acompanhamento da execução dos projectos aprovados, etc.

Importante assinalar que muitos distritos não prevêem verbas, nos seus orçamentos, para o funcionamento das Instituições de Participação e Consulta Comunitária (IPCCs) -- os Conselhos

Consultivos (nos distritos) e Foruns locais (nos postos administrativos). Isto coarcta as possibilidades de desenvolvimento institucional das IPCCs que é considerado um factor fundamental para a realização de seu potencial de tomar decisões viáveis ao bem-estar das suas comunidades baseada numa planificação participativa. *Adriano Nuvunga*

Novos governos locais enfrentam dividas e lixo

No poder há 4 meses, os novos governos locais, cujos edis têm um misto de novatos e repetentes pela segunda e terceira vez, têm grandes problemas com lixo e buracos nas principais capitais provinciais, incluindo avultadas dívidas que transitaram de mandatos anteriores.

Em muitos municípios cujos edis repetem o mandato pela segunda e terceira vez, há muito lixo e buracos nas principais artérias da capital, o que contrasta com o igual período em 2004, quando acabavam de tomar posse pela primeira e segunda vez, e o período que antecedeu a campanha eleitoral para as eleições autárquicas de 2008.

Em Gaza, o município de Xai-Xai apresenta muitos buracos. As ruas mais criticas são as que dão acesso aos bairros Marian Mguabi, Patrice Lumumba, Fenicelene e as ruas que dão acesso as barracas e bancas provisória do mercado Dlakhama. Em Marromeu, em Sofala, a recolha de lixo é muito deficitário. Há montões de lixo em quase todos os mercados e principais espaços de aglomeração de pessoas.

O município de Chimoio, em Manica, apresenta algumas ruas intransitáveis por buracos que se adiciona ao crónico problema dos esgotos. As três principais entradas para o centro da cidade, designadamente as avenidas do Trabalho, 25 de

O Boletim faz uma radiografia dos 100 dias dos novos governos locais

Na sua edição especial 'eleições autárquicas 2008', o boletim prestou atenção ao conteúdo dos manifestos e campanhas eleitorais dos vários candidatos a presidente de Conselho Municipal, tendo constatado que a recolha do lixo, a resselagem de vias de acesso estavam no centro das actividades imediatas a serem realizadas pelos candidatos. Por isso, passados 100 dias de governação, o boletim fez uma incursão nos 43 municípios para ver o grau de realização destas acções imediatas. Neste exercício estiveram envolvidos 21 correspondentes, parte dos que cobriram o processo eleitoral autárquico, que se deslocaram aos 43 municípios.

Setembro e Josina Machel são intransitáveis devido ao aumento de números de buracos e as dos restantes bairros estão cada vez mais degradadas. Problema similar regista-se em Catandica.

No município de Quelimane, as estradas estão reduzidas a buracos. A imundície toma conta da cidade, incluindo o mercados central e mercado Aquima que têm problemas de ordenamento, limpeza e saneamento. Em Milange, o lixo asfixia o meio rural da vila. Algumas vias de acesso estão parcial ou totalmente obstruídas. Trata-se das vias que dão acesso ao mercado municipal de Milange e a outra que dá acesso ao estabelecimento da chamada pensão Fernandinho.

O município de Nampula apresenta muitos buracos e lixo por recolher. São os casos das avenidas Daniel Napatima, Samora Machel, avenida do Trabalho, uma das ruas que faz ligação entre as ruas três de Fevereiro e a avenida Eduarda Mondlane, passando pela FIPAG. O lixo regista-se quase em todas as esquinas do município, sobretudo, nos locais de grande concentração populacional, nomeadamente os mercados informais. A título de exemplo, o mercado informal localizado defronte da estação de comboio dos CDN e mercado do Resta, etc.

No município de Lichinga, as estradas da zona cimento, que foram resseladas entre os meses de

Novas autarquias ainda sem instalações próprias

Tal como em 1998, os novos municípios, criados em 2008, debatem-se com falta de instalações próprias para funcionar, incluindo telefones e faxes. Em Gorongosa (Sofala), o município funciona num edifício provisoriamente edido pelo governo distrital que pertence à Direcção Provincial das Obras Públicas.

Em Alto Molocue (Zambézia), a edilidade de Sertório Fernandes vai funcionando num compartimento improvisado na sede da Administração distrital. Em Gondola (Manica), o novo governo local está albergado numa casa alugada junto dos Caminhos de Ferro de Moçambique, incluindo o mobiliário (cadeiras e secretárias). Em Marrupa (Niassa), a edilidade está alojada em instalações alugadas pela Administração do distrito.

O aspecto positivo é que, contrariamente a 1998, em que houve vários problemas de relacionamento entre os novos governos municipais e as administrações distritais, incluindo provinciais, as administrações de

Novos edis herdam pesadas dívidas

Em Gurué, Zambezia, o novo elenco herdou dívidas astronómicas, que ascendem a 2 milhões de meticais e apenas uma parte da dívida tem documentação de suporte, disse o edil, José Aniceto, em entrevista ao Boletim. Segundo o edil, uma equipa da IGF esteve a trabalhar no local em Abril de 2009.

No município de Milange, o novo elenco dirigido por Bento Chimuandza (Frelimo) encontrou uma dívida no valor de 900 mil meticais. O novo edil assume a dívida e promete regularizar gradualmente.

Na província de Sofala, em Marromeu, o actual edil, Palmerim Rubim (Frelimo), herdou uma dívida de cerca de 1 milhão de meticais que é referente aos salários em atraso dos funcionários municipais, incluindo o 13º vencimento de 2008, retroactivos, dívidas diversas contraídas de fornecedores de bens e serviços e honorários dos membros da Assembleia Municipal.

Na província de Manica, em Chimoio, o novo edil também herdou dívidas do seu antecessor, Alberto Sarande, como confirmou o edil em entrevista ao Boletim "...estamos ainda empenhados na organização interna, pois herdamos várias dívidas do anterior mandato", disse Raul Conde.

Fevereiro e Março de 2009, apresentam muitos buracos, sobretudo nos bairros periféricos. O município de Cuamba apresenta muito lixo. Os principais focos de lixo são os bairros periféricos e os dois principais mercados. Nestes mercados faltam tanques ou tambores apropriados para o depósito de lixo e, conseqüentemente, os utentes dos mercados depositam o lixo em locais impróprios. Em Marrupa, onde as estradas são de terra batida, a situação continua como dantes, isto é, as estradas continuam sem intervenção alguma e grandes sinais de erosão.

Mas limpeza em Chokwe, Chibuto, Chomoio, Catandica ...

Chibuto e Chokwe, em Gaza, não têm lixo. Contrariamente às estradas, a recolha de lixo tende a melhorar no município de Chimoio, o que contrasta com a imagem deixada pelo anterior edil, Alberto Sarande. No município de Catandica a situação do lixo está a melhor mas estas melhorias beneficiam ainda apenas os residentes do centro da vila. O município de Manica, apesar da falta de transporte para a recolha de lixo, tem minimizado a propagação de lixo pelas ruas e mercados locais. De notar que este município tem registado mudanças no tecido sócio-económico. Trata-se da presença de estrangeiros (na sua maioria

garimpeiros ilegais) que têm estado a fortalecer a cidade, transformando escombros em pequenas lojas. Mas em consequência, a vida do município torna-se muito cara, a ponto de o aluguer duma dependência de tipo 1 custar cinco mil meticais.

Na Zambézia, o município de Gurue, onde, antes e durante a campanha eleitoral, o lixo permanecia 15 dias sem ser recolhido, as ruas e principais espaços públicos estão limpos. Na província de Niassa, o município de Lichinga, registou melhorias no que toca à recolha de lixo. Se comparada com o estágio anterior à campanha eleitoral de Novembro de 2008, onde algumas artérias da cidade estavam parcialmente invadidas pelo lixo mas existem ainda ruas ou zonas com grandes entulhos de lixo (por exemplo, o cruzamento entre a estrada para Matama e o estádio primeiro de Maio). A zona cimento é a que maior atenção tem merecido nesta questão de gestão do lixo (na zona cimento o lixo é rapidamente recolhido).

Os municípios de Metangula e Marrupa, provavelmente pelas suas pequenas dimensões, o lixo não é muito notório mas o mercado central da vila de Metangula apresenta pequenos focos de lixo. Em Cabo Delgado, o município de Pemba, apresenta-se sem lixo nas vias e espaços públicos, o que é uma melhoria comparado com o período que antecedeu a campanha eleitoral. Todavia, Pemba tem o problema de ocupação desordenada de espaços protagonizados por alguns municípios que constroem habitações sem observância de normas com possível convivência de alguns funcionários do Conselho Municipal mas o edil diz que "...o cerco está fechado, todo aquele que for conotado com esta ilegalidade será processado disciplinarmente". Isto acontece nos bairros de Noviane e Chiguaguara.

Presidência Aberta gera melhorias cosméticas

A presidência aberta de Armando Guebuza às províncias gera melhorias cosméticas nas principais ruas das capitais provinciais mas em Quelimane o presidente passou por ruas esburacadas. Em todas as províncias com particular destaque para Nampula, as principais ruas preparadas para a passagem do Presidente são as que ligam o aeroporto ao palácio do governador e as de saída da capital provincial para os distritos abrangidos pela presidência aberta, ou seja, as ruas abrangidas pelo roteiro do Presidente da República, por exemplo, no município de Nampula (o Presidente trabalhou em Nampula de 1 a 6 de Maio) foram ensaiadas as avenidas do Trabalho, que liga o aeroporto à cidade, e a rua da Unidade que dá acesso à zona do governo provincial.

Município da Beira

No seu primeiro mandato (2004-2008), o edil da Beira, Deviz Simango, foi premiado por vários

organismos internacionais por boa gestão e liderança municipal. Ao fim de 4 meses de governação, a qualidade da governação baixou comparado com igual período do primeiro mandato. Há uma progressiva degradação das estradas asfaltadas ou terraplanadas. Os buracos estão a deixar evidente a falta de manutenção das rodovias, ao mesmo tempo que numerosas ruas de terra batida, sobretudo na zona industrial dos Pioneiros, Alto da Manga, Manga Mascarenha, Inhamudima, Macúti e Maquinino, estão a dar lugar ao capim, que as torna intransitáveis. Por exemplo, na zona da Manga as ruas 3.251, 3.266, 3.303 (antiga rua seis), 3.326, 3.332, 3.333, 3.321 e 4.018 estão completamente mergulhadas numa sucessão de buracos. O mesmo acontece com as ruas do Algarve e Comandante Diogo de Sá, nos Pioneiros; a rua Capitão Pais Ramos, no Esturro, ou as ruas Aires de Ornelas, Companhia de Moçambique e Belgrado da Silva, na Baixa. Na Chota, o prolongamento da avenida 24 de Julho está péssimo. Nem mesmo a avenida Eduardo Mondlane, cujas obras de reabilitação começaram em meados do ano passado, com promessa de terminarem em poucos meses, conseguiu até agora ser exemplo de trabalho feito: a conclusão dos trabalhos não se vislumbra para tão já!

Paralelamente às estradas, há o problema do lixo, que já fica acumulado durante vários dias nos passeios (como se pode verificar na avenida Armando Tivane ou na rua Companhia de Moçambique), contrastando com a situação que se registava, por exemplo, há dois anos. A recolha agora é menos regular. Os vendedores de rua, que o Conselho Municipal da Beira se comprometeu a eliminar, através da indicação de espaços apropriados para a instalação dos mesmos, continuam a ser uma dor de cabeça tanto para a circulação de peões nos passeios (vejam-se os exemplos da rua Correia de Brito ou avenida Armando Tivane) como de automobilistas.

O presidente do Conselho Municipal diz que a autarquia não tem dinheiro próprio para custear as obras de reabilitação das estradas. Isto é verdade mas há o problema de ausências, por causa do trabalho político do edil que é também o presidente e candidato presidencial do Movimento Democrático de Moçambique (MDM). Podia ser diferente se o edil tivesse mais tempo para se dedicar ao município? Provavelmente os meios fizessem mais diferença que a presença em si.